

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ACTA N.º 05/2007
(Mandato 2005/09)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2007

CONTÉM 28 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 05/2007 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2007 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 01,30 HORAS.---

Sumário Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....	4
= ACTA DA SESSÃO ANTERIOR =.....	4
= APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES =.....	4
= INTERPELAÇÕES AO PRESIDENTE DA CÂMARA =	11
= OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA O ANO DE 2008 =	13
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =.....	28
= ENCERRAMENTO =.....	28



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- Aos trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto Brito Pacheco e secretariada por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias respectivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 54º e do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 14 de Setembro, convocada pelo edital do dia dezasseis de Novembro do ano de dois mil e sete.-----

----- Efectuada a chamada, registou-se a falta justificada dos seguintes membros: Maria José Lopes Fontelo Gomes Carranca de Oliveira; Paulo Manuel Dantas Rosa; Alcides Duarte Pereira Júnior; António Gonçalves Barbosa e a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco, Rosalina Maria Barbosa Martins; Luísa Maria da Costa Gomes de Castro; Helena Barbosa Ramos Fernandes; Vítor Paulo Gomes Pereira; Paula Cristina Viana Caldas de Sousa; Palmira Ribeiro da Costa; Perfeita Barreiro de Araújo Esteves; Eduardo Daniel Esteves Cerqueira; José Augusto Amorim Oliveira; Rui José Castro Chousal; Mário Fernandes da Cunha; Américo Luís Barbosa Pereira da Cunha; Catarina Pereira Moreira; Manuel Joaquim da Costa Tinoco; Venâncio Fernandes; Baltasar Castro Fernandes; Ivan Mata Morais; Fernando Manuel Duarte Carranca de Oliveira; Filipa de Castro Guerreiro; João Barbosa Cerqueira; Manuel de Jesus da Rocha Pereira; Daniel Rodrigues Barbosa; Maria Etelvina Lima Saraiva da Cunha Rocha Montenegro; José João Gomes Gonçalves; José João Gomes Gonçalves, Eduardo José de Oliveira Dias; Manuel Lopes Fernandes; Júlio Barbosa da Cunha; Eugénio Octávio Gonçalves Pereira; Celso Guerreiro Barbosa; José Felino Carneiro da Cunha; Manuel Lopes Fernandes; Manuel Alfredo Barbosa Nogueira; Amâncio Barbosa; Anésio Pereira Barbosa; Joaquim Felgueiras Lopes; Agostinho Lourenço Fernandes de Sá; José de Sousa Amorim; Francisco Gonçalves Dias, Maximiano Teixeira da Costa; -----

----- Do Presidente da Câmara – António Pereira Júnior e dos Vereadores: António Alberto Lebrão Martins Esteves, José Augusto Viana de Sousa e Manuel Pinheiro Monteiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

= ACTA DA SESSÃO ANTERIOR =

Ponto n.º 1 – **Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser e discussão e votação da acta da sessão anterior.**-----

----- **A acta da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada a sua leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por maioria, com 01 abstenção do PSD, por não ter estado presente.**-----

= APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES =

Ponto n.º 2 - **Apresentação de assuntos relevantes para o município e à emissão de votos e moções.**-----

----- **Vitor Paulo Pereira**, na qualidade de representante desta Assembleia na Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho (CIVM), informou que de acordo com as grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2008, a CIVM procurará alcançar os seguintes objectivos estratégicos que se transcrevem:-----

----- **Melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos locais no Vale do Minho.**-----

----- *Aqui o projecto Vale do Minho Digital prevê um investimento de € 2 123 706 €, distribuído por 23 sub-projectos promovidos por várias entidades públicas e privadas da comunidade. Competirá à Comunidade Intermunicipal coordenar a respectiva implementação. Como já aqui informamos este projecto abrangerá domínios tão diversos como o turismo, informação, a cidadania electrónica, serviços públicos on-line, compras electrónicas, redes camarárias de banda larga, digitalização museológica, ou até a formação avançada para os recursos humanos das câmaras, entre outros.*-----

----- **Qualificação da Oferta Cultural do Vale do Minho:**-----

----- *Neste âmbito cabem todos os projectos que estão relacionados com a Rede Cultural Intermunicipal, em particular a rede de bibliotecas municipais.*-----

----- **Desenvolvimento da Imagem Territorial do Vale do Minho:**-----

----- *Neste objectivo estratégico cabe preferencialmente o plano de sinalização e Interpretação dos Recursos Turísticos do Vale do Minho.*-----

----- *Este plano prevê para 2008 um investimento de € 619 086,00. O seu objectivo principal é melhorar o nível de informação turística através da colocação de sinalização direccional e rodoviária dos recursos turísticos do território, bem como da colocação de placas identificadoras de recursos histórico-culturais e naturais. Os financiamentos para esta área provêm dos programas PIQTUR e do PIC Interreg 111. Referimos que as candidaturas do PIQTUR conseguiram obter um financiamento de 4,2 milhões de euros. Que, obviamente, serão aplicados em outros investimentos que ultrapassam a sinalização.*-----

----- **Promoção do Planeamento Territorial Intermunicipal:**-----

MANDATO DE 2005 A 2009



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Neste objectivo estão enquadrados todos os procedimentos que levem à instalação de uma rede comunitária de banda larga, em fibra óptica, para todo o Vale do Minho, o que pressupõe um investimento de cerca de € 9 000 000,00 e cerca de 120 km de rede. Esta candidatura já foi aprovada em 2007. Neste momento encontra-se em fase de concurso internacional para a construção. -----

----- Ainda neste âmbito importa destacar a preparação do QREN. Durante o ano de 2008 a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, em parceria e através de contrato com a ParqueExpo, elaborará um Plano de Intervenção Para o Vale do Minho que servirá de base para a apresentação de candidaturas ao próximo QREN. -----

----- Importa também referir que as Comunidades Vale do Minho e Valimar estão a desenvolver o projecto INTERMUNICIPIA que terá em vista a elaboração de um plano estratégico para o Minho e Lima. -----

----- **Desenvolvimento da Cooperação Transnacional:** -----

----- Neste objectivo estratégico a Uniminho - Associação do Vale do Minho Transfronteiriça, ocupa lugar preferencial. Em 2008 serão elaboradas as primeiras candidaturas comuns. Para o ano de 2008 está previsto um orçamento de € 50 000,00 para despesas de funcionamento e preparação de candidaturas. -----

----- Em síntese o orçamento prevê um investimento total de € 14 295 496,00. Cerca de 86% do orçamento corresponde a transferências correntes de capital para as câmaras municipais e parceiros relativas sobretudo a projectos do Interreg e Vale do Minho Digital. O Vale do Minho Digital tem um peso de 15% no orçamento da comunidade. -----

----- Em síntese constata-se que grande parte dos investimentos tem de ser enquadrada numa estratégica global de desenvolvimento intermunicipal e sempre precedidos de estudos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Interveio na qualidade de Presidente da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, dizendo que se aguarda a publicação de uma lei sobre a reorganização territorial, que nos levará a ter uma nova comunidade intermunicipal no próximo ano. Esta juntará os concelhos do Alto Minho, não significando o abandono da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho. A anterior manter-se-á para objectos mais específicos como as questões fronteiriças e para captação de outras verbas que exijam mais representatividade a nível dos concelhos. A Comunidade envolverá os dez concelhos e, possivelmente, também o de Esposende. -----

----- **Joaquim Felgueiras Lopes:** na qualidade de representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação, informou que em sua reunião de 16-10-2007, foram discutidos assuntos relacionados com o fornecimento de refeições, nomeadamente a alimentação adequada; as candidaturas aos subsídios escolares; pedidos de material escolar bem como a isenção do pagamento de passes escolares para alunos mais carenciadas, que frequentam estabelecimentos de ensino fora do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Etelvina Montenegro:** como representante no Conselho Local de Acção Social, informou das candidaturas apresentadas ao projecto PARES. Já foi dada resposta positiva a duas: a da creche de Castanheira e a do Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche no Centro Paroquial e Social de S. Bento, em Cossourado. -----

----- Informou que continua a decorrer a formação das funcionárias das IPSS e ainda que foi dado parecer favorável, aprovado por unanimidade, para o Centro de Dia/Apoio Domiciliário de Santo António de Pinheiro/Insalde. -----

----- **Maximiano Teixeira:** na qualidade de representante da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios informou que na última reunião da comissão no dia 24/10/2007 ficou acordado solicitar a contribuição das diversas entidades envolvidas no DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios), conforme previsto na Portaria nº 1139/2006 de 25 de Outubro. O PMDFCI foi enviado até ao dia 25 de Outubro para o Núcleo Florestal do Alto e Baixo Minho, com a alteração da carta de perigosidade. Devido à nova metodologia a comissão reunirá novamente após a agregação dos contributos das entidades envolvidas neste processo, para análise das alterações introduzidas e procederá às alterações necessárias ao plano. -----

----- Informa da intervenção da Comissão da DFCI em 2007, nomeadamente na prevenção e no apoio ao combate e pós incêndio. Para o efeito recorreu à equipa de sapadores florestais dentro da área da Rede Natura 2000. A máquina e tractor com operador e com a equipa de 4 elementos do Programa Ocupacional, tem executado as acções de limpeza e marcação dos percursos pedestres, da Rede Municipal, da limpeza e beneficiação de pontos de água, nomeadamente, em Insalde: da Fonte Queimada, em Vascões: Chã de Lamas, em Coura: na Poça da Lavandeira, em Cunha: na Tapada da Giesta; em Ferreira: na Bouça Grande, em Romarigães: na Bustarenga, em Bico: em Rio Mau e em Parada; A manutenção da rede viária florestal com a colocação de aquedutos quando necessário em Parada, Bico e Vascões; A gestão de combustível florestal nas zonas industriais em terrenos da autarquia junto a edificações. Vigilância e apoio ao combate e rescaldo de incêndios florestais recorrendo a cisterna e sapadores florestais sempre que solicitado pelo comando de operações e por iniciativa da Protecção Civil Municipal. -----

----- Informou que entre 15 de Maio e 30 de Setembro tiveram 28 ocorrências no concelho. Entre 01 de Outubro e 20 de Novembro o número duplicou para 56 ocorrências. -----

----- Por último informou que tem sido feita a recolha de monstros e lixos e que estes trabalhos vão continuar a ser feitos, agora, em 2007 e 2008. -----

----- **Eugénio Pereira:** como membro da Assembleia Municipal na CPCJ (Comissão de Protecção a Crianças e Jovens), disse não dar as informações, por entender que não deve ceder a pressões e que as dará na próxima sessão da Assembleia. -----

----- Referiu ainda que quaisquer esclarecimentos que prestasse não iriam de maneira alguma ser resolvidos pela Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Presidente da Assembleia:** Informou ter reunido com os representantes dos Grupos Municipais desta Assembleia onde discutiram a moção sobre as Casas Mortuárias que será apresentada na presente sessão e ainda, sobre um assunto relacionado com o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para todos. Neste caso, o Governo Civil sugeriu a realização de uma sessão extraordinária para discussão dessa temática. Dado que a realização de uma sessão extraordinária representa verbas significativas ao Município, a Mesa da Assembleia, juntamente com os representantes dos Grupos Municipais decidiu dedicar parte da sessão da Assembleia de Fevereiro de 2008 a este tema, onde cidadãos entendidos na matéria procurarão esclarecer esta questão. -----

----- Referiu ainda que, relativamente ao tema do Ano de Igualdade de Oportunidades para Todos, realizar-se-á uma tertúlia, em 7 de Dezembro, às 21,30 h, no Centro Cultural de Paredes de Coura. ----

----- Por fim informou que as velas que estão a arder no pelourinho, correspondem à adesão do município, na manifestação pública, relativa à abolição total da pena de morte.-----

----- Por **Vítor Paulo Pereira**, do Grupo Parlamentar do PS, foram apresentados dois votos de louvor, com o seguinte teor:-----

----- *‘O grupo parlamentar do PS considera que é oportuno apresentar um voto de louvor à Comédias do Minho pelo trabalho que tem feito em prol do teatro e da cultura do nosso concelho.-----*

----- *Esta nossa gratidão é tanto maior se tivermos em consideração que as actividades desenvolvidas envolvem a comunidade pela partilha de afectos e saberes’.-----*

----- *‘Apresentamos também um outro louvor ao Centro Cultural e aos seus recursos humanos pelo serviço educativo que este presta à comunidade.-----*

----- *Os espectáculos, os workshops, os ateliers, os filmes e as exposições são frequentados por muitos dos nossos alunos, o que revela uma dinâmica cultural pouco comum nas terras de interior.-----*

----- *Queremos alunos vigorosos do ponto de vista científico mas também queremos alunos com inquietação, que é o primeiro caminho para a descoberta e para o conhecimento’.-----*

----- Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.-----

----- Por **Paula Caldas de Sousa**, do Grupo Parlamentar do PSD, foi apresentada uma proposta com o seguinte teor:-----

----- *‘No sentido de oferecer as melhores condições à população, nomeadamente na hora de velarmos os nossos mortos, proponho que a Câmara Municipal apoie a construção e/ou reconstrução de uma casa Mortuária, a edificar em cada freguesia do nosso concelho.-----*

----- *A sede do concelho justifica uma casa mortuária que contemple sala de frio, no sentido de os cadáveres serem guardados, quando necessário, sem prejuízo para a saúde pública e salas adequadas a pelo menos dois corpos em simultâneo, com as melhores condições possíveis. A Câmara Municipal deve subsidiar de igual forma todas as freguesias.-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Proponho que haja um acordo entre a Câmara municipal, a Igreja, a Junta de Freguesia e a sociedade civil, no sentido de unirem forças para o bom desenvolvimento deste projecto e que o mesmo seja de gestão directa das juntas de freguesia.*-----

----- Lembrou que esta proposta já tinha sido apresentada na sessão da Assembleia de Junho, realizada em Romarigães e que o proposto ficou acordado por todos os partidos que intervieram na reunião.-----

----- **Vítor Paulo Pereira:** congratulou-se do consenso entre os vários partidos.-----

----- **Catarina Moreira:** também se congratulou com o consenso e apelou ao Presidente para que o trabalho em conjunto aconteça mais vezes.-----

----- **Joaquim Lopes:** Sugeriu que seja protocolado entre as partes intervenientes, incluindo as comissões fabriqueiras, com a garantia de que as casas mortuárias que venham a construir-se sejam um espaço aberto a qualquer religião.-----

----- **Catarina Moreira:** Mencionou que o aspecto do acesso das casas mortuárias a todas a religiões foi debatido e ponto de acordo entre todos os representantes dos grupos municipais.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Referiu que a mesa estará sempre disponível para este tipo de trabalhos, e que a oposição também deve tomar a iniciativa de o fazer.-----

----- Submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

----- Por Fernando Carranca de Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD, foi proposto que, junto da PT e das quatro operadoras de rede telefónica móvel (TMN, Vodafone, Optimus e Phone IX), procurem conseguir uma melhoria na cobertura ADSL e da rede telefónica móvel.-----

----- **Fernando Carranca de Oliveira:** Pediu, embora dissesse ter conhecimento de um outro pedido já feito pelo PSD para que fossem feitas diligências junto da Portugal TELECOM e operadoras das redes móveis no sentido de melhorarem as coberturas. Disse que passados cinco anos ainda não se vêem melhorias significativas nas redes de ADSL e na rede móvel. Referiu ainda que junto de dirigentes da Portugal Telecom ficou a saber que o pedido de um cliente não faria a diferença mas se fosse o município a fazer força neste sentido, seria certamente ouvido e que esta pressão é importante porque os jovens hoje têm acesso à Internet na escola mas quando chegam a casa, nomeadamente nas aldeias, a cobertura é, na maioria, muito má.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Presidente da Assembleia:** Questionou se este assunto vai ser transformado em requerimento ou em moção, ou se é apenas uma chamada de atenção. -----

----- **Fernando Carranca de Oliveira:** Solicitou à Câmara ou à Assembleia a tarefa de fazer diligências juntos das operadoras. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Informou que para ser submetida a votação deverá ser apresentada por escrito. -----

----- **Presidente da Câmara:** Informou que, há anos, vem tentando, junto das operadoras móveis, aumento do sinal que se transmite no concelho. Em algumas freguesias o sinal é ainda fraco mas noutras tem vindo a melhorar. A TMN, prestadora do serviço móvel da Câmara, comprometeu-se ao reforço da rede no concelho, já tendo solicitado o licenciamento para a colocação de retransmissor. ----

----- **Catarina Moreira:** solicitou o esclarecimento sobre as pressões efectuadas nas outras operadoras, para além da TMN, para que estas reforcem o seu sinal. -----

----- **Presidente da Câmara:** Esclareceu que o Município não é cliente apenas da TMN, mas também da Optimus, dado que a rede da Optimus é melhor na zona da Área Protegida e já alertou para a necessidade de reforçar o sinal no concelho. -----

----- Como o Município já foi cliente da Vodafone e atendendo ao número de trabalhadores que tinham telemóvel e porque deviam estar em contacto permanente com os serviços para o exercício das suas funções, foi solicitado também o reforço da mesma. Que tem insistido, frequentemente, com os representantes, tanto verbal como por escrito, e que só nessas circunstâncias poderão rever um contrato com os serviços da Câmara. -----

----- Neste momento a operadora com melhor cobertura no concelho é a TMN, à excepção de algumas zonas da Vila e de Castanheira. -----

----- Relativamente à ADSL, serão as empresas que fornecem os computadores responsáveis pela melhoria do sinal aos clientes. -----

----- Na Vila, e no âmbito do Minho Digital, foram colocadas antenas (WI-FI) nos edifícios da câmara e do Centro Cultural, e que as pessoas acedem gratuitamente à Internet no raio de abrangência dessas antenas, que é de cerca de 100 metros. O resto da vila exige também que se faça um esforço para que venha a ser coberto também pelo acesso gratuito à Internet. Disse estar a estudar o assunto e que procurarão potenciar as antenas já instaladas e tentar através repetidores, dar uma cobertura quase total à sede do concelho. Neste momento não é possível chegar a todo o concelho, porque não depende só de dinheiro, mas também de técnicas que o permitam fazer. -----

----- **Fernando Carranca de Oliveira:** referiu que não são as empresas de vendem os computadores que têm de assegurar a cobertura da ADSL. Que em mais de sessenta e cinco por cento do território



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nacional é a PT que assegura esse sinal, embora permita que alguns operadores também distribuam o sinal da ADSL. -----

----- Referiu ainda que a atitude da Câmara de disponibilizar o sinal da Internet é uma atitude simpática, mas não sabe se é assim também muito simpática para quem vive disso, por interposição da Câmara nos estabelecimentos que exploram o aluguer de computadores. -----

----- **Presidente da Assembleia:** interveio dizendo que não se está no momento de fazer interpelações à câmara municipal, mas sim no período de discussão de propostas. -----

----- **Presidente da Câmara:** Referiu ainda que no âmbito do Plano Tecnológico, anunciado pelo Governo, as operadoras vendem computadores a € 150,00, com a garantia de acesso à Internet de banda larga, constatando-se depois não terem o acesso propagandeado. Os vendedores têm obrigação na garantia do seu funcionamento.-----

----- Referiu ainda que a Câmara não pretende negociar a Internet sendo um serviço que presta e que é essencial na formação de todos. -----

----- Foi lida a proposta apresentada por Fernando Carranca de Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD, com o seguinte teor: *'O Grupo Municipal do PSD propõe à Câmara Municipal que, junto da PT e das quatro operadoras de rede telefónica móvel (TMN, Vodafone, Optimus e Phone IX), proceda no sentido de se conseguir uma melhoria na cobertura ADSL e da rede telefónica móvel'*.-----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Referiu que, relativamente a este assunto, o pedido já foi feito pela Câmara. É evidente que será mais um documento da Assembleia Municipal de Paredes de Coura, para ser arquivado, e para fazer um novo pedido escrito, a câmara já o fez. -----

----- Disse ainda que se for elaborada proposta concreta, objectiva, com dados rigorosos que eventualmente possam chamar a atenção das operadoras para a expansão da rede, disse votar a favor, assim não. Não por critérios políticos mas por achar que é ineficaz. -----

----- **José Felino Carneiro:** Referiu que a Junta de Insalde pagou durante cinco anos, quinze euros por mês, à Telepac, para ter acesso à Internet e acabaram por desistir, uma vez, que mesmo pagando não tinham acesso ao serviço. Que em casa tem Internet móvel da Optimus, e mesmo assim há dias que não consegue ligação. Que de acordo com informações de um técnico especializado a Internet só funciona até três mil metros do posto retransmissor. Assim, disse entender que a Câmara deve intervir para que todas as freguesias tenham acesso à Internet.-----

----- **Fernando Carranca de Oliveira:** Disse estar de acordo com a intervenção de Felino Carneiro, mas não com a posição defendida por Vítor Paulo Pereira. Que o Presidente da Câmara acabou de admitir que a cobertura não é a ideal, assim como poderão invocar-se pareceres técnicos que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proponente não lhes terá acesso. Referiu ainda não perceber a hesitação, mas que convém não esquecer tratar-se de uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. -----

----- Por fim lembrou uma proposta que apresentou, há anos, para se criarem acessos na câmara para os deficientes e foi-lhe dito que não, passados uns meses os acessos estavam a ser feitos. A proposta do PSD foi chumbada e outra do PS com o mesmo teor foi aprovada. -----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Disse que o Partido Socialista vota contra por entender desnecessária uma proposta baseada na piedade e na caridade -----

----- **Fernando Carranca de Oliveira:** Disse não conseguir entender onde se possa situar o conceito de piedade ou caridade num assunto que diz respeito a coberturas de antenas, nem a dificuldade em votar uma proposta desta natureza. Que o que pretende é que haja uma cobertura das redes móveis, condignas e eficientes em todas as outras freguesias do concelho e que se promovam as diligências necessárias para aumentar o sinal de rede. -----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Disse que proposta por proposta, a Câmara já tem feito essas diligências. -

----- **Depois de lida, novamente, a proposta foi submetida à votação, tendo sido rejeitada com 24 votos contra do PS, 13 votos a favor, sendo 12 do PSD e 1, do PCP e 1 abstenção do PS.** -----

= INTERPELAÇÕES AO PRESIDENTE DA CÂMARA =

----- **Ponto n.º 3 - Interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal.**-----

----- **José Felino Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Insalde:** Acerca dos rails de protecção cuja colocação foi iniciada em Julho, nos lugares de Meca de Rebordães, questionou para quando a sua conclusão. Questionou ainda sobre a situação da vala da Boalhosa, porque em caso de chuva as águas inundarão a estrada e caminhos. -----

----- **Maximiano Teixeira, Presidente da Junta de Vascões:** referiu que no último quadro comunitário apresentou uns projectos para caminhos agrícolas e esses projectos foram-lhe devolvidos. Aquando da participação numa reunião da Agenda 21 foi dito que uma das áreas prioritárias do concelho era a agricultura e as florestas, e que a apresentação de projectos isolados nestas áreas, não tem viabilidade neste quadro comunitário. Gostaria de saber se a câmara em conjunto com as freguesias não poderia fazer projectos comuns tanto para caminhos agrícolas como florestais de forma a tornar os projectos viáveis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Joaquim Lopes, Presidente da Junta de Paredes de Coura:** Sugeriu o alargamento dos prazos para a entrega, por parte das juntas, das informações de obras. Considerou os oito dias, pouco tempo, por na maior parte dos casos, os donos das obras não morarem cá e serem de difícil contacto. -

----- Alertou ainda para a abertura de valas na sequência de obras que não são convenientemente tapadas.-----

----- Lembrou o caso, já referido na sessão anterior, sobre a abertura de um vala em S. Sebastião, pela Águas do Minho e Lima e que o arruamento ficou esburacado. Solicitou à Câmara, a chamada de atenção à firma responsável.-----

----- Por fim questionou qual a solução prevista pela Câmara para o saneamento das casas de Sequeirô.-----

----- **Manuel Pereira, Presidente da Junta de Bico:** Aconselhou que se fizessem folhetos informativos sobre a separação dos lixos, porque as pessoas ainda têm dúvidas nessa matéria.-----

----- **Amâncio Barbosa, Presidente da Junta de Padornelo:** Questionou se havia algo de novo relativamente à pavimentação do caminho da Portela, cujos trabalhos foram interrompidos em 2005 e até a data ainda não se reiniciaram e que, entretanto, os trabalhos executados – calçadas e bermas -, já foram destruídos.-----

----- **Presidente da Câmara:**-----

----- A **José Felino:** informou que foi contratada uma empresa para executar dois quilómetros de rails de protecção por todo o concelho, cabendo a cada freguesia cerca de 100 metros. A firma adjudicatária sub-empregou esse trabalho, não tendo o mesmo sido executado como se esperava. A Câmara exigiu a sua reposição, correcta, nas freguesias em que estavam colocados e só depois avançar para as freguesias restantes: Moselos, Porreiras Padornelo, Insalde e Parada. Neste momento a firma já está a repor condignamente o trabalho, mas não prevê, exactamente, a conclusão dos trabalhos.-----

----- Quanto à vala na Boalhosa está a correr um processo de contra-ordenação, na sequência da queixa apresentada pela Junta de Freguesia, não podendo, ainda, antecipar qualquer decisão.-----

----- A **Maximiano Teixeira:** Informou que a Câmara faz os projectos que as juntas de freguesia lhes pedem.-----

----- Informou ter reunido com os presidentes das câmaras do distrito para apreciação do plano estratégico e elaboração do programa de acção, a fim de contratualizar com a Comissão de Coordenação da Região Norte, as obras pretendidas para o distrito. As condições para aceder ao QREN (Quadro de Referência Nacional) não são as desejadas e que será extremamente difícil aos municípios conseguirem fundos para as suas obras. Terão que negociar com calma e atenção todas essas possibilidades. Disse não poder comprometer-se com o seu cumprimento, não por falta de vontade mas porque os regulamentos e a legislação podem não dar oportunidade a que se faça.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A **Joaquim Lopes**: Quanto à fixação de prazos para a apresentação de informação de obras por parte das juntas disse que se assim não fosse atrasaria o licenciamento das obras -----

----- Quanto às valas solicitou aos presidentes da juntas que insistissem para a sua reposição, porque nem sempre é possível atender tão rapidamente como gostaria.-----

----- Em relação à vala de S. Sebastião disse ter recebido a informação de que a situação estava reposta, mas sendo assim, iria mandar averiguar.-----

----- Quanto à ligação ao saneamento das cerca de dezasseis casas em falta e cuja execução se previa por administração directa, será aberto concurso para executá-la por empreitada. -----

----- A **Manuel Pereira**: Disse não ser da responsabilidade da Câmara a distribuição dos folhetos informativos relativa à separação do lixo mas da Valorminho.-----

----- A **Amâncio Barbosa**: Acerca das obras do Caminho da Portela informa que estas pararam devido às obras do saneamento. Informou ainda que na próxima semana, a firma Machado & Cunha dará continuidade às obras. -----

= OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA O ANO DE 2008 =

Ponto n.º 2 – Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, para o ano de 2008. -----

----- **Presidente da Câmara**: referiu que todos os membros da assembleia tinham recebido os documentos em questão e que os mesmos foram feitos com base nos pedidos dos presidentes de junta visando as necessidades para as freguesias. Que não é possível manter todos os pedidos, mas tem procurado responder aos desejos de cada um de modo a que nenhuma freguesia se sinta prejudicada. -----

----- O orçamento para o próximo ano tem uma receita de mais de vinte e dois milhões de euros e pode ser considerado, como foi considerado o do ano passado para 2007, um documento exagerado. O argumento mais usado foi o de que se não se conseguia realizar porque também os fundos comunitários não chegavam com a celeridade esperada. Quando observarem as contas de gerência sobre este orçamento verificarão, que havia receitas para receber como ainda há para receber no próximo ano. O orçamento do ano passado também era de cerca de vinte e dois milhões de euros e em termos de dotação financeira este ano está-se a caminho de executar entre catorze e quinze milhões de euros. -----

----- Para o próximo ano dividiram as verbas em percentagem nas três grandes opções do mandato: a acção social, as acessibilidades e a educação.-----

----- Em funções gerais e protecção civil que inclui a construção do arquivo, a recuperação do Centro Coordenador de Transportes, as sedes das juntas, nomeadamente, Cossourado e Infesta que pretendem mudar de instalações para os antigos edifícios escolares. Relativamente a Insalde será

MANDATO DE 2005 A 2009



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

protocolado com a junta de freguesia a recuperação do edifício, dado não ser possível o financiamento das juntas de freguesia naquilo que é responsabilidade delas.-----

----- Para a informática, material de transporte, equipamentos administrativos está destinado 7,6% do orçamento. -----

----- Referiu ainda que cinquenta e oito por cento são destinados a funções sociais (saneamento, o abastecimento de água, resíduos sólidos, urbanismo, educação, idosos, habitação, cultura e tempos livres) e trinta e meio por cento é destinado a funções económicas: investimentos na viação rural, sinalização, variante e nas acessibilidades, sinalização turística, miradouros, via romana e caminhos de Santiago e a ampliação da Zona Industrial de Formariz, o apoio ao ensino superior, transferências para as juntas de freguesia, onde está inserido o protocolo de transferência de competências para as mesmas, bem como as transferências de dinheiros para os trabalhos que as juntas fazem aquando das eleições e dos recenseamentos e ainda do FEF. -----

----- Assim, para a viação rural estão previstos 3.100.000€, para o desporto que inclui a iluminação dos polidesportivos e os balneários estão previsto 350.000€, para o saneamento nas freguesias está previsto 1.700.000€, e no Programa AGRIS, para a freguesia de Porreiras estão previstos 250.000€.---

----- Por fim referiu ser este o orçamento e o plano de actividades para o próximo ano. Os outros sectores não vão ser descurados, mas a grande incidência vai ser nestes três sectores: a protecção civil, as acessibilidades e a educação. -----

----- **Catarina Moreira** apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor: *'Na análise dos documentos sobre que temos de nos pronunciar gostaria de fazer uma reflexão prévia que deve merecer atenção e que, admito, pode parecer uma digressão desnecessária.*-----

----- *Andam agora a discutir a mudança das assembleias municipais e isso afectará os debates que, como o de hoje, se farão no futuro.* -----

----- *Se as ideias que por aí circulam sobre poder local vingarem, o pouco espaço de discussão que hoje temos será ainda mais reduzido.* -----

----- *Os partidos minoritários serão amputados na sua capacidade de intervenção e, se hoje já temos poucos mecanismos para efectuar um controle apertado da actuação municipal, é muito possível que o bipartidarismo que se instalar à força diminua ainda mais as oportunidades de fazer frente ao despesismo e desregulação da gestão municipal.* -----

----- *Por isso, uma ideia central, o controle de receitas e despesas por órgãos representativos, vital ao processo histórico de formação da Democracia, pode estar em risco com a futura reforma dos órgãos autárquicos.* -----

----- *Aproveitemos então, enquanto podemos, aquilo que, de forma retórica, o Senhor Presidente da Câmara, chama na sua apresentação deste debate, e bem, "um dos momentos mais altos da vida do município."*-----

----- *Para isso, é preciso ler os documentos. Não vou maçá-los muito, mas gostava de sugerir algumas pistas. E não precisam de grandes aprofundamentos. O tempo de um membro da Assembleia*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é muito menor que o de um Vereador e, por isso, podemos começar por ler o que nos dizem os vereadores da oposição.-----

----- As declarações de voto do PSD na Câmara Municipal podem ser um bom intróito orientador para a leitura. Salientam pormenores que nos chamam a atenção: o valor de obras orçado para 2008 mas que já foram executadas, orçadas porque ainda não pagas, ou a repetição de previsões por causa da fraca execução em 2007.-----

----- A declaração de voto do PSD tem, pelo menos, na singeleza das suas linhas, mais sumo que a vaga apresentação do Senhor Presidente da Câmara. Para lá da repetitiva melopeia do saneamento básico e das participações por receber do Estado e da Europa, o discurso pouco pode ser original.

----- Por exemplo, logo no segundo parágrafo, afirma de forma saliente o rigor técnico das propostas. Mas será que poderemos qualificar de rigorosas, propostas em que podemos detectar os seguintes problemas?-----

----- - Abuso de siglas que o comum não entende (TMDP, TDFTH, AIBT, POA, IPBL, PARAM, PIQTUR, etc) num fenómeno típico de quem quer mascarar a sua fragilidade com tecnicismos de algibeira;-----

----- - Alíneas pouco explícitas. Veja-se o exemplo, no orçamento da receita, pág. 3, alínea 11.08.01 e o descritivo "Sociedades e quase sociedades não financeiras" que vale 4 milhões e 600 mil euros e que deve ser alguma coisa concreta, para valer tanto dinheiro. Às tantas, depois da receita do vento do ano que corre, teremos uma inundação de euros a escorrer pelos canos e pelas torneiras e o património dos Courenses a escorrer-lhes pelo bolso. Mas que só podemos adivinhar o que seja, água, ar ou vento, porque, por preguiça ou falta de rigor, esta montanha de dinheiro está só designada por esta alínea encriptada: "Sociedades e quase sociedades não financeiras". O que será?-----

----- - Na despesa vejam-se as alíneas "outros". Por exemplo, na aquisição de bens e serviços (pág. 2 do orçamento da despesa, alínea 02.02), 739 mil e quinhentos euros, 36% do total de cerca de 2 milhões de euros de aquisições a realizar são "outros serviços". E chame-se a atenção que, nesse capítulo das aquisições, há nessa página verbas de 2000 euros discriminadas. Quase 740 mil euros que não se diz para que são orçamentados.... Outros, diversos, o que se verá e não se vê agora... -----

----- - A isto, podiam juntar-se 84 mil euros de outras despesas correntes da alínea 06 na mesma página. Os "outros" são o refúgio do improvisado, da indefinição e de falta de rigor. Quanto mais "outros" tiver, menos preciso é um orçamento. Rigor é precisão da informação. E a discriminação que se faz a seguir ao analisar as componentes orgânicas do Município ainda agrava mais a sensação de falta de rigor.-----

----- - E falando de rigor, vejamos a capacidade de rentabilização do que é construído. Por exemplo, a receita prevista dos parques de estacionamento tal como está referida na pág. 2, alínea 07.02.09.07, é de 50 mil euros, o que, para 365 dias de funcionamento, dá 136 euros/dia... A paquidérmica obra do Senhor Presidente rende assim menos, a acreditar no que aqui está escrito, que as multas a recolher pelo município, e sem levar em conta a despesa que dá. Lenine diria que os factos são teimosos e, por isso, um assunto que alguns julgariam encerrado, com a conclusão da construção, ressurge todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos sobre a forma dos custos e da falta de receita. Por isso, mais valia ter aceite a nossa proposta para os parques serem gratuitos. Ao menos, o prejuízo aproveitava a alguém. . . -----

----- E para encerrar o capítulo do rigor, com uma bela demonstração do tal dito leninista, dei-me ao trabalho de contar quantas obras/projectos cujas datas de fim são referenciadas como anteriores a 2008 e que serão pagos no ano que vem ou até depois aparecem nas opções do plano: com fim em 2000, contei 14 só nas 5 primeiras páginas. Se é gralha, não é rigor errar 14 vezes. Se é essa a data, não se entende. -----

----- Passemos a seguir pela afirmação da apresentação do Senhor Presidente de que se pretende adequar os recursos às prioridades. Tal afirmação nada traz de decisivo porque adequar os recursos às prioridades é precisamente a definição exacta de planificar e orçamentar. Mas o problema é a concretização e determinação das prioridades. -----

----- Nas últimas eleições, naturalmente que não tive dúvidas sobre qual a força política a quem daria o meu voto. Mas, mesmo se a condição de candidata me faria duvidar do interesse da leitura, dediquei algum tempo à consulta dos programas eleitorais dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal das outras forças políticas. -----

----- Mesmo não concordando, ouvir os outros é um passo essencial da Democracia, passo que, muitas vezes, a força maioritária desta Assembleia se recusa a dar. -----

----- Assim, a este propósito, gostava de partilhar convosco alguns extractos da leitura atenta que fiz do programa eleitoral do Partido Socialista que, proclamando a sua anímica ligação à terra, se intitulava de forma eloquente: com alma courense. -----

----- Na sua página 7, o autor do programa declarava: " (...) apraz-nos reafirmar uma verdade de sempre, mais actual que nunca: as pessoas são a nossa maior riqueza. É necessário continuar a investir na formação e qualificação (.)". -----

----- Com esta alma voltada para os problemas da formação, esperaríamos que, dentro de casa, o Senhor Presidente, às tantas com uma transfusão da determinação e das Novas Oportunidades que o Senhor Engenheiro Sócrates tanto propagandeia, destinasse mais algum dinheiro, por exemplo, à melhoria da formação e qualificação dos funcionários municipais. Sabem quanto nos diz que vai gastar? -----

----- Na Página 1, alínea 01.02.06, soma 6000 euros. Experimentem fazer a capitação... Se formos à distribuição da despesa por classificação orgânica, já soma 30 100 euros. A discrepância precisa de ser explicada e é mais um sintoma da falta de rigor, mas a questão concreta é mais importante: 6000 euros é pouquíssimo e 30 mil não deixa de o ser para um objectivo que se proclama tão prioritário... ---

----- Até porque, podemos verificar que a sua ordem de grandeza é equiparável a despesas não tão prioritárias. -----

----- Seguindo os bons exemplos que vêm de cima, de contratar fora o que não se cultiva dentro dos serviços públicos, investe-se menos dinheiro na formação do que em pareceres, consultoria e estudos: 700 euros para colaboração técnica especializada (pág. 1), 35.000 euros para estudos e pareceres, projectos e consultadoria (pág.2) e mais 26.600 euros para outros trabalhos especializados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O choque tecnológico também cá chegou e num exemplo magistral do que é rigor de gestão e planeamento orçamental, ou melhor dito, falta de estudo e de cuidado, as verbas para software e equipamento informático são exactamente iguais (100 mil euros cada alínea). pág. 3 (alínea 07.01.07 e 08). -- -----

----- Este é talvez um dos melhores exemplos de como este orçamento é uma ficção para os nossos olhos verem, que a execução oportunamente mudará e as liberais regras de transferência de verbas entre alíneas orçamentais permitirão salvar: alguém acha, em bom rigor, que por cada 100 euros de equipamento informático se gasta o mesmo em software?-----

----- Outra das prioridades que o Senhor Presidente da Câmara nos dizia ter no programa, e que reafirma na sua apresentação, são as creches. Na alínea de edifícios (07.01.03.04, pág. 3) vemos quanto vale essa prioridade: 41.500 euros. Gastará mais na soma das alíneas de artigos honoríficos e de decoração (02.01.19, pág. 2) e representação dos serviços (02.02.11, da mesma página) que perfazem 42.100 euros. E, como vimos, gastará mais em pareceres.-----

----- A não ser que, em rigor, haja outras alíneas não explicadas a verter dinheiro sobre as creches. Às tantas o Senhor Presidente tem uma explicação. Mas só espero que não seja a de que há uma alínea com nome diferente que esconde esta prioridade ou uma soma que tem de se fazer. Essa resposta só aumentará a sensação de falta de rigor...-----

----- Estes documentos sofrem do problema que já tantas vezes apontamos e aqui verberamos e que, com senso, o Senhor Presidente reconhece na sua apresentação, no 4º parágrafo: "As opções são claras: na continuidade das escolhas dos anos anteriores (. .)". Eu diria: o problema é claro. Como muito bem reconhece, o Município não vai ser governado na tentativa de mudar a conjuntura, mas aceitando a sujeição a ela e na continuidade. Má continuidade.-----

----- Mantêm-se os discursos desenvolvimentistas sem rumo, abstrações vazias (como as apostas, o implementar, o incremento, o incentivo, sem referir valores e outros narizes de cera em que os documentos municipais são tão férteis), obras caras, inúteis e sem gestão ou de rentabilização impossível, decisões pouco participadas ou rodeadas de um folclore pseudo-participativo com agendas, manuais, conselhos ou as fictícias parcerias, falidas mas bem intencionadas.-----

----- Na verdade fica bem ao Senhor Presidente o tom que classifica de "singelo e despretensioso" ao falar dos documentos que apresenta. A humildade fica bem a quem apresenta um resultado que tão mal resiste a uma crítica que tente ser rigorosa e fuja às ideias para entreter a consciência. E pretensões não podia sequer ter de nos iludir, porque a fragilidade construtiva destes documentos é tão cristalina que só acredita na viabilidade financeira destes exercícios ficcionais quem se tolda pela fé política e nela perde o pé.-----

----- A CDU respeita os seus eleitores e o seu bolso e, por isso, não pode deixar de votar contra os documentos e o modelo de gestão que eles evidenciam.-----

----- Contudo, e para cumprir a promessa de não maçar muito o público e os membros desta assembleia, anunciamos já essa a intenção de voto, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia que a presente intervenção seja considerada como Declaração de Voto e, como tal, nos termos do Regimento, transcrita na acta independentemente da gravação.-----

MANDATO DE 2005 A 2009



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida os trabalhos foram interrompidos pelo período de quinze minutos. -----

----- **Venâncio Fernandes:** Deu os parabéns aos elementos das comissões que prestaram esclarecimentos, e lamenta o facto de alguns continuarem a não fornecer qualquer explicação. -----

----- De seguida referiu-se ao assunto da venda das eólicas, defendido pela maioria, como bom negócio e que hoje se verifica, pela comunicação social, haver um interesse cada vez maior neste tipo de energias. -----

----- Referiu também que muitas câmaras do País utilizaram as assembleias municipais para reduzir os impostos, com o argumento de incentivar a instalação das empresas, a reabilitação de habitações degradadas, ao contrário daquilo que esta assembleia e a maioria votou. -----

----- De seguida relacionando o plano de 2007 e do de 2008 solicitou esclarecimento nas verbas orçadas para o caminho do Paço, em Vascões, com valores diferentes e cujo início se previa em 30/04/2006 e pensa ainda não estar iniciado, bem como para os parques de estacionamento subterrâneos. -----

----- Por **Fernando Carranca de Oliveira** foi apresentada uma declaração de voto com o seguinte teor: *'No mandato em curso o PSD tem vindo a votar favoravelmente os planos de actividade, orçamento, plano de investimentos e grandes opções do plano, atendendo a que de uma forma genérica o PSD concordava com a maioria das obras e prestação de serviços que a Maioria propunha.*

----- Em todo o caso, salvaguardamos a execução orçamental motivada por obras anteriores já concluídas ou em fase final que o PSD nunca tinha apoiado. -----

----- Os documentos apresentados para os anos 2008 e seguintes, contém alterações significativas a estes princípios. -----

----- Por um lado apresenta projecções de obras que não são, nem podem ser consideradas prioritárias de embelezamento de dois parques na Vila, com verbas previstas de 1 700 000 euros e por outro lado não é ambicioso em matérias essenciais de promoção da natalidade, aumento da qualidade de vida e ao nível da protecção social, designadamente dos nossos idosos, matérias onde se exigiria mais aplicação dos fundos que o estado coloca nas mãos da Câmara Municipal, no âmbito do princípio da solidariedade nacional, e dos princípios básicos da aplicação dos bens públicos na maximização do nível de bem estar das pessoas. -----

----- Por outro lado contempla um conjunto de receitas extraordinárias provenientes da venda de património courense, a muito custo executado por Câmaras anteriores e que mereceram o apoio unânime de todos os partidos então representados nesta assembleia. Referimo-nos à venda da rede em baixa de distribuição de águas, prevendo-se uma receita global de 4 600 000 euros. -----

----- É claro que concordamos com um conjunto significativo de obras e acções inseridas nos documentos em apreciação, como as obras pedidas pelos Srs. Presidentes de Junta, as bolsas de estudo, o apoio às associações ainda que neste âmbito muito poderia ser melhorado. Estas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

merecem concordância significativa, são actividades que pela sua actividade corrente qualquer um estaria globalmente de acordo, mas não marcam o ano, nem o mandato, são de certa forma efémeras.

----- Daremos agora alguns exemplos em termos sectoriais, onde o programa e as propostas entretanto apresentadas pelo PSD permitiriam melhores níveis de bem-estar e potenciar o desenvolvimento económico, social e cultural.-----

----- SAÚDE E SOLIDARIEDADE SOCIAL:-----

----- Embora não seja matéria da competência directa da Câmara Municipal entendemos que se a Santa Casa de Misericórdia tem ainda espaço livre no seu Lar de Idosos que esse espaço seja aplicado para permitir o serviço a mais idosos e procurar acabar com as listas de espera.-----

----- O PSD entende que no apoio à população Sénior, a actual maioria do PS não é minimamente ousada, nem ambiciosa. O PSD desenvolveria programas com a SS e com as comunidades locais, e nomeadamente com a Santa Casa de Misericórdia, de melhoria dos níveis de apoio, nomeadamente com a implementação de unidades familiares.-----

----- Na área da Saúde e na sequência de várias propostas já apresentadas, o PSD já teria avançada para a construção de um Pólo para Internamento Junto Centro de Saúde. Libertando aquela área no Lar de Idosos. Este pólo com o PSD será construído com Protocolo com a Santa Casa ou com outra Instituição.-----

----- Neste âmbito negociaríamos quer com o Ministério da Saúde, quer com entidades de natureza privada para que em protocolos fosse possível assegurar a disponibilidade imediata de apoio aos utentes.-----

----- Com o PSD já na sequência aliás da proposta apresentada, já estaria em funcionamento a unidade móvel, promovendo as consultas médicas e de enfermagem nas freguesias.-----

----- DESENVOLVIMENTO:-----

----- É já impossível quer pela ineficácia política desta Câmara, quer pela má gestão de prioridades que motivaram dificuldades financeiras, concluir o saneamento a todas as freguesias neste mandato.--

----- As dificuldades financeiras resultantes da construção dos parques de estacionamento, motivaram atrasos na execução, financiamento e programação dos investimentos no saneamento e por consequência na formalização dos pedidos de compm1icipação financeira do quadro comunitário anterior. Obviamente que a comparticipação é fundamental à sua execução, e agora o seu enquadramento tem de aguardar o desenvolvimento e regulamentação do novo quadro comunitário, que todos conhecemos como QREN.-----

----- Estas dificuldades financeiras da Câmara que nem a venda da participação nas Eólicas atenuou, tem motivado frequentes e prolongados atrasos na execução de obras prometidas aos Srs. Presidentes de Junta, quer os eleitos pelo PS quer pelo PSD, ainda que alguns dos eleitos pelo PS tenham uma posição privilegiada face aos seus companheiros.-----

----- Para o PSD, obras como o Saneamento já deveriam estar na fase final de execução, e seria possível se não fossem literalmente enterrada a quantidade de dinheiro nos parques de estacionamento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Da mesma forma, e apenas a título de exemplos, já estariam em execução obras como o alargamento e pavimentação: da estrada de Antas a S M Coura, e desta a Romarigães, da estrada de Bico a Parada, das Angústias a Insalde. A estrada de de Parada a Vascões, e de Infesta a Cunha, de Linhares a Rubiães, do Covelo em Castanheira à Igreja, da rede de ligações em Cristelo, que sendo densa é muito estreita, da mesma forma da ligação da Feteira a Afe, Mozelos, por Santa, e daqui a Formariz. Em Resende pela Amieira, e o caminho de Casanova a Lameirinha em Agualonga, bem como algumas ligações em Cossourado, demasiado estreitas. Já teríamos também tentado acordo com a C M Cerveira para o alargamento e pavimentação da estrada de Antas a Sapardos. -----

----- Todas estas obras e outras não especificada para não alongar o texto, poderiam já estar concretizadas ou em fase final se não tivessem sido construídos os parques de estacionamento. -----

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- Neste âmbito o PSD seria mais ambicioso. Embora exista uma discussão filosófica sobre a fronteira entre a educação e o apoio social, nós entendemos que as matérias são indissociáveis. -----

----- E sendo indissociáveis devem estar juntas. O PSD entende que desde os 4 meses de idade entramos no âmbito da educação, e neste âmbito não compreendemos como um executivo que fechou todas as escolas primárias nas freguesias, queira agora abrir num lado para os bebés entre os quatro meses e os três anos, e noutros locais para as crianças entre os 3 anos e os 5 anos. -----

----- O PSD nunca proporia uma situação destas. -----

----- O que sempre temos defendido, e mais uma vez ainda que titubeantemente o PS reconhece os erros e aproxima-se da posição do PSD, era a criação de 5 centros, nas freguesias, que apoiariam as crianças desde os 4 meses até aos 10 anos, no fim da primária, ou até ao 6º ano. -----

----- Desta forma criar-se-iam núcleos escolares fortes e permitira uma separação clara de convivência entre crianças e adolescentes. -----

----- O PS errou na escola concentrada, e errou de duas formas, e com o tempo mais se consolidam os erros, nomeadamente os pedagógicos. Errou porque fez mal em concentrar todos os alunos na vila, em vez da criação dos centros referidos, e fez mal, porque mesmo concentrando a escola é pequena, sem espaço para as crianças. -----

----- O PSD comprometer-se-ia com uma cobertura a 100% do apoio aos bebés dos 4 meses aos três anos, em vez de, como faz o PS, se contentar com estar acima de média. -----

----- Desta forma o PSD confirmaria todo o seu programa nesta área, a criação de 5 centros, até pelo menos o 4º ano (primária), que concentraria as crianças desde os 4 meses, e não 7 ou 8 pequenos estabelecimentos de pequena dimensão, podendo obrigar até os Pais a deslocações desnecessárias às diversas escolas dependendo do número e idade dos filhos. -----

----- O apoio à actividade escolar é também uma fonte de competitividade que conjugada com a descida da taxa do IRS, proposta pelo PSD, do IRC aprovada pelo Governo, da redução do 1M! proposto pelo PSD e aceite parcialmente pelo PS e a eliminação da derrama, a par de isenções a criar na recuperação de habitações degradadas, criarão acrescidas condições de competitividade. -----

----- **CONCLUSÃO** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Os motivos explicitados motivariam o voto contra, de todos os membros da Assembleia Municipal. Reconhecemos que os Srs. Presidentes de Junta, entendam que a defesa dos interesses da sua freguesia devem merecer outra votação, e compreendemos os motivos.-----

----- Embora compreendendo os motivos, numa democracia, mesmo que apenas que subliminarmente não deveriam acontecer.-----

----- Centremos ainda num outro motivo mais grave que a maioria da Câmara se propõe: a venda da rede em baixa de distribuição de água.-----

----- Já quando foi colocada a venda em Alta da Água, Paredes de Coura foi prejudicada, pelo então Ministro do Ambiente e hoje Primeiro-Ministro, o PSD votou contra a alienação da rede em alta à empresa Águas Minho & Lima.-----

----- Parede de Coura, já tinha distribuição de água em todo o Concelho (questão que motivou por ventura vitórias eleitorais do PS no Concelho), fruto de um elevado esforço de investimento nos anos anteriores.-----

----- A venda da rede em alta prejudicou Paredes de Coura porque foram outros os concelhos visados pelo investimento de Águas do Minho e Lima. Recordamos que a receita rondou cerca de 800 000 euros.-----

----- Ora é conhecida a tentativa de uniformização do preço da água e tratamento de resíduos em todo o País, motivando em Paredes de Coura que o preço da água tenderá a aumentar de forma significativa.-----

----- A alternativa é a CM manter a rede em Baixa e negociar, preços distintos para o concelho, limitando desta forma o agravamento dos courenses.-----

----- Ora o que a CM pretende (a maioria do PS), em face da impotência de ultrapassar as dificuldades da CM, é de concretizar o máximo de receitas de forma a permitir por um lado, liquidar os compromissos anteriormente assumidos e ainda não liquidados dos investimentos nos parques e nas ruas, e obter os fundos para concretizar os parques propostos no orçamento no valor global de 1 700 000 euros.-----

----- É pois como pão para a boca. A CM encaixaria aquele valor, pagaria por certo algumas dívidas antigas e aplicaria aquela receita naqueles parques ou jardins como quiserem chamar. Ou seja mais uma vez em obras não prioritárias.-----

----- Para o ano, à moda do Governo PS que não venderia anéis, por ventura venderia as estradas de Mantelães a Rubiães, de Bico a Padornelo, de Insalde a Ferreira, ou até o edifício da EPRAMI, ou os Paços do Concelho.-----

----- Não nos peçam pois para votar favoravelmente estes documentos.-----

----- Como referimos, entendemos de forma muito solidária a posição que os Srs. Presidentes de Junta possam tomar, no entanto os eleitos em listas directas pelo PSD, votam conta o Plano de actividades, o Orçamento, e Grandes Opções do Plano.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Joaquim Lopes:** Referindo-se às obras de restauro do Monte da Cotaleira, onde estão inseridos o Penedo das Vistas e o Penedo do Milho, perguntou se as mesmas estão integradas na rubrica dos parques e jardins.-----

----- Por fim, falando em nome dos presidentes da junta do PS disse apoiar e votar favoravelmente o plano de actividade e o orçamento para 2008.-----

----- **Luísa Castro:** Referiu que o orçamento parece mais complexo em termos técnicos do que em termos das grandes opções do plano. Assim, há mais dúvidas técnicas do que dúvidas acerca do que o executivo se propõe realizar-----

----- Relativamente à formação focou o facto de a câmara estar em processo de certificação de qualidade e por isso estarem contempladas verbas para a consultadoria e para trabalhos especializados. A certificação de qualidade exige formação contínua dos técnicos, formação preparativa e actualização de software, para que a mesma possa ser certificada. No ano que decorreu houve vários investimentos nesse sentido, não estando incluídos na formação, propriamente dita, dos funcionários porque estão inerentes a despesas de consultadoria e gestão dada por empresas no sentido do desenvolvimento e da implementação do sistema de qualidade.-----

----- Quanto ao rigor técnico, defendeu que o documento que é elaborado por colegas da profissão segue normas e regras técnicas, que muitas vezes não são legíveis para quem não tem formação na área, por isso mesmo o documento é distribuído, antecipadamente, para que as pessoas possam contactar esses técnicos e esclarecerem as suas dúvidas.-----

----- Acerca do orçamento disse, haver as despesas correntes, as receitas correntes, as despesas de capital e as receitas de capital. As receitas correntes e as despesas correntes, como o próprio nome indica, são receitas que o próprio município gera, como exemplo, impostos, as vendas de terrenos no cemitério etc, e que efectivamente é uma receita que vai ser encaixada. Essa receita representa 30% do orçamento. Quanto às despesas correntes, que são de 28,3 %, se o estado não transferir dinheiro, vendendo o que há para vender, recebendo o que há para receber e pagando o que há para pagar e não se pode fazer mais nada. -----

----- Relativamente às despesas de capital e às receitas de capital, é diferente pois é nessas rubricas que se demonstra a ambição da Câmara, e nem sempre é possível executar tudo. Quanto às receitas de capital fica-se pendente das transferências do estado e das transferências dos fundos comunitários, que nem sempre cumprem os prazos estabelecidos. Quanto às despesas de capital estão, logicamente, indexadas a essas receitas de capital e essas são, efectivamente, as opções que o Presidente tomou em conjunto, como aqui já foi referido, com as necessidades apresentadas pelos presidentes de junta nas suas freguesias, e que nem sempre são concretizados de acordo com o desejado. -----

----- Acerca da polémica sobre a venda das águas em baixa, é de referir que não se trata de uma venda mas sim de uma concessão, e que ainda está em análise a sua concretização. Será um plano a ser votado aqui, depois de estudado e discutido até se verificar se é um bom negócio. Esta polémica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da concessão tem que ser analisada em função das políticas nacionais e dos imperativos legais, em altura própria e com estudos concretos.-----

----- Por todos os motivos evidenciados voto favoravelmente este plano.-----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Comentou que relativamente a este orçamento são acusados de rigor técnico, mas se não o tivessem elaborado com rigor técnico seriam acusados de não o terem feito.-----

----- Colocando de lado as análises orçamentais de parques, tinteiros, softwares e pareceres, considerou preferível ter um orçamento que responda às necessidades básicas das pessoas. -----

----- Quanto à venda das águas, recordou que foi Cavaco Silva, em 1991 que iniciou o processo de criação dos sistemas multimunicipais. Lembrou também que foi nesse mesmo governo que foi retirada, às autarquias; a competência exclusiva de operar no sector das águas, ou seja, foi nessa altura que foi criada a holding Águas de Portugal. Foi em 2002 que o PSD anunciou a privatização das águas, mas mesmo o próprio PSD não lhe chama privatização, mas concessão. -----

----- Citou que, em praticamente todos os países, a rede em baixa está atribuída a privados. Será que estão todos errados? -----

----- Referiu ainda que esta questão será votada noutra sessão da Assembleia e nessa altura é que terão que analisar se num contexto de estrangimentos orçamentais, compensa à Câmara Municipal não atribuir uma concessão, a gerir ela o sector da água e os restantes sectores. É aí que deve definir se vale a pena ficar isolado, numa altura em que a economia de escala é que permite ter preços mais baixos e competitivos. Na altura em que este assunto vier a esta assembleia poderão debater e trocar ideias sobre o mesmo. -----

----- **Foi deliberado, por unanimidade, prorrogar os trabalhos para além das vinte e quatro horas.** -----

----- **Fernando Carranca:** Disse achar indigno que o Presidente da Assembleia não tenha reagido ao facto de se terem referido ao Presidente da República como o 'Cavaco Silva'. Um Presidente que está sempre muito preocupado com os títulos de cada um e a respeitabilidade dos cargos, disse não admitir que isso seja possível acontecer sem um veemente protesto. -----

----- **Presidenta da Assembleia:** Explicou que o que foi dito, foi a análise a uma decisão política tomada por um primeiro-ministro. Acha que os políticos têm que ser analisados criticamente, não estando em causa, e que fique registado em acta, a figura do actual Presidente da República que todos respeitam. Que não há ninguém na Assembleia que não respeite o Senhor Presidente da República. Foi eleito democraticamente e é o Presidente não só do PSD, mas também do PS. -----

----- **Presidente da Câmara:**-----

----- **A Catarina Moreira:** Disse esperar que entenda o que lhe vai dizer. Com o maior respeito, gostou do teor da redacção e acha que está bem escrita mas pede perdão pela sua opinião dizendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

..... não passar de uma confissão acabada de ignorância sobre as contas e orçamentos municipais. Que cometeu tantos erros de análise e fez comentários que mais parecem de um texto encomendado do que uma análise própria sobre esta matéria.

----- Disse ainda denotar irresponsabilidade para os seus eleitores ao desconhecer o significado das siglas dos programas comunitários, referidas no orçamento, que como representante de um órgão teria a obrigação de o saber.

----- Alertou para as ilações que tira ao olhar simplesmente para as verbas e informou que acerca da formação profissional dos funcionários, estes têm a formação que devem ter e alguns têm-na, não por vontade própria mas, por imposição da própria câmara, porque entende que os funcionários devem valorizar-se para prestarem um serviço melhor aos munícipes.

----- Informou ainda que decorre nos serviços municipais um processo de certificação da qualidade, há vários meses e que tem criado alguns problemas de gestão de tempo aos funcionários, por se estarem a acelerar os prazos para a certificação.

----- Relativamente ao choque tecnológico também só por insuficiência de conhecimento é que pode dizer algo sobre o que se está a passar na câmara e no concelho. Informou da existência de um fundo comunitário a que acorreram os municípios do Vale do Minho e do Vale do Lima, - *Minho Digital* -, sendo o investimento da Câmara de cerca € 250 000 00. Este projecto deverá acabar em meados do próximo ano. Não é, simplesmente, aquisição de hardware e software mas também a formação de pessoal e outro tipo de infra-estruturas.

----- Deu ainda conhecimento de reunião, cá em Paredes de Coura, com os presidentes das Câmaras do distrito de Viana do Castelo, com técnicos da área, e que informaram da aprovação de um concurso internacional para a colocação de fibra óptica em todos os concelhos.

----- Referiu que teve azar nos temas escolhidos para comentar e que seria uma questão de perguntar a quem entende dos mesmos. Que a Câmara tem pessoal qualificado para lavrar os documentos, mas que cabe à Câmara decidir o valor dos projectos.

----- Relativamente às creches informou estarem aprovados financiamentos do Programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), para a construção de uma creche na freguesia de Castanheira, onde a Câmara assumirá o financiamento de € 64 000,00 e outra na freguesia de Cossourado, bem como apoio domiciliário e centro de dia, que exigirá a contrapartida financeira de €108 000,00. Estas verbas estão incluídas nos subsídios a atribuir às associações e as obras têm de ser executadas no ano de 2008.

----- Quanto à falta de rigor invocada disse que a provasse. Que houve um erro relativo à construção dos balneários de Romarigães, cuja obra se encontrava paga e foi lançada novamente no orçamento devido a falta de comunicação nos serviços, mas só esse.

----- A **Joaquim Lopes**: Informou que a obra de arranjo do Penedo das Vistas está inserida na rubrica dos parques e jardins.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A **Venâncio Fernandes**: Esclareceu que o caminho do Paço em Vascões consta dos Orçamentos de 2006 e de 2007, com verbas diferentes. Em 2006, não foi possível dar início à obra ficando, entretanto, subavaliada e quando, inicialmente, era para ser pavimentada em alcatrão, posteriormente e a pedido do presidente da junta e dos residentes foi levantada a calçada e feita a reposição. Inevitavelmente aumentou aos custos.-----

----- Quanto aos parques de estacionamento subterrâneos, explicou que sendo uma obra grande e dispendiosa, naturalmente houve trabalhos a mais e que se foram verificando com o andamento da obra. Os pagamentos são feitos em várias fases.-----

----- A **Fernando Carranca de Oliveira**: Esclareceu que, mesmo não sendo essencial para a discussão dos documentos em questão, a Águas do Minho e Lima tem a concessão, autorizada pela Assembleia, das águas em alta. Que o Governo tem em estudo um projecto para associar as empresas de águas no norte de Portugal, para gerir as águas em alta e o saneamento básico. Ressalvando a posição de Paredes de Coura de não pretender entregar as águas em baixa, mas que se por circunstâncias várias o tiver de fazer, esta terá de ser concessionada a essa empresa. Que o país tem baixas taxas de abastecimento de água, tal não acontece em Paredes de Coura, e de saneamento básico e só empresas desta grandeza poderão mais rapidamente satisfazer as necessidades. O actual quadro comunitário de apoio contempla verbas para abastecimento de água e saneamento, com acesso quase exclusivo a empresas de abastecimento de águas. Para as câmaras existe apenas uma pequena verba para as que querem concorrer sozinhas. No concelho falta ainda dotar de saneamento, sete freguesias. Eventualmente poderá não haver hipótese de recorrer aos fundos comunitários para fazer o saneamento dessas freguesias e, no orçamento deste ano está contemplada uma verba que ronda um milhão e setecentos mil euros para o saneamento básico.-----

----- Um milhão e duzentos mil é para as obras que já estão a decorrer em algumas freguesias, que devem ficar concluídas algumas no fim deste ano e as outras no início do próximo. Há quinhentos mil euros para as obras novas que se eventualmente houver capacidade de acorrer aos fundos comunitários irão ser lançadas no próximo ano, para as sete freguesias que faltam e cujos projectos estão a ser feitos pelos técnicos da câmara.-----

----- **Catarina Moreira**: Disse sentir-se ofendida por ser tratada de ignorante e de irresponsável e pede autorização para defesa da honra.-----

----- Disse ficar satisfeita por o senhor Presidente da Câmara ter declarado que lhe deve respeito, senão o que ele lhe teria dito se o não tivesse.-----

----- Referiu que o Presidente da Câmara sempre foi amável, cordato, simpático com ela e sempre a tratou com respeito, não tem qualquer motivo para o desrespeitar na sua pessoa enquanto cidadão. Mas, disse apenas ter atacado o trabalho do Presidente por se achar no direito de o fazer. Que leu os documentos e essas foram as ilações que tirou. Não pode adivinhar, nem interpretar situações que não estão claras e que achou estranho para a formação profissional esteja uma verba de seis mil euros e que achou também estranho que a verba do hardware seja igual à do software, e como é que sob a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

epígrafe de sociedade financeira vem uma coisa que podia ser designada de concessão do sistema de água em alta. Referiu não ter capacidades adivinatórias e que o orçamento deveria ser um documento suficientemente claro para as pessoas o perceberem. -----

----- **Venâncio Fernandes:** Referiu-se a Paredes de Coura como o concelho mais atrasado do distrito de Viana do Castelo, responsabilizando as políticas locais. Referiu estarmos a perder gente todos os dias, estarmos com dificuldades nos acessos, termos problemas com a saúde, com a educação, e perguntou onde está a qualidade de vida das pessoas que vivem nas freguesias: Nos outros concelhos há acesso à Internet, à rede de telemóveis e nós nas nossas freguesias também deveríamos ter acesso. -----

----- Que há necessidade que criar formas de fixar as pessoas, de trazer empresas que dêem emprego às pessoas para que elas não tenham necessidade de ir para outros locais. -----

----- Solicitou ainda esclarecimento acerca do dinheiro proveniente da venda das eólicas. Que empréstimos foram amortizados. -----

----- **Fernando Carranca:** Referiu que foi dito que a venda de água em baixa era algo invendável. Que foi dito também que as empresas de água pretendem assumir o controle das redes em alta e em baixa do Alto Minho e também foi dito que não há falta de água, em Paredes de Coura. Nestes termos questiona a venda. Disse ainda reiterar-se não se tratar de uma venda mas de uma concessão e esta concessão ao ser sub-concessionada, corre-se o risco de um dia não se saber quem é o sub-concessionário da concessão ou seja não se saber quem gere a nossa água, a tal água que não era necessário ser vendida porque há água que nunca mais acaba. Referiu ainda que iremos pagar a água mais cara do que poderíamos pagar, porque até nem tínhamos que pagar nada pela água, a não ser um preço mais ou menos residual que a câmara entendesse cobrar aos munícipes. -----

----- **Presidente da Câmara:** -----

----- **A Catarina Moreira:** Disse não lhe ter faltado ao respeito e que se lhe chamou ignorante referiu-se ao tema, em discussão, - contabilidade -, onde também se acha ignorante. Que quando se sente atacado responde, procurando não ferir a dignidade das pessoas. -----

----- **A Venâncio Fernandes:** Disse-lhe ter tirado conclusões precipitadas e aconselhou-o a consultar os índices de estatística para verificar se em termos de desenvolvimento e de educação qual o concelho que está à frente: Paredes de Coura ou Arcos de Valdevez. E ainda, para verificar em termos de infra-estruturas, de abastecimento de água, de saneamento, em rede viária municipal e até em ação social no apoio a crianças, idosos e deficientes. Que avalie os índices dos outros e os compare com Paredes de Coura. Que arranje números para sustentar essas afirmações. -----

----- Relativamente às eólicas, foi solicitado à Assembleia a autorização para a venda da participação. A gestão desse dinheiro é competência da câmara e tem servido para acorrer a pagamentos que aguardam fundos comunitários. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A **Fernando Carranca**: Referiu já ter dito ser contra a concessão das águas e que isto se concretizará por imposição do Governo em integrar as águas ou determinar um preço tão elevado que não valha a pena à Câmara geri-la. Só nestas circunstâncias é que sugerirá à assembleia a sua venda, mas será a assembleia a decidir.-----

----- Referiu ainda que a concessão em alta foi feita por quase todas as câmaras do distrito e do País. Que está a ser comprada à Águas do Minho e Lima para distribuição pelos consumidores. -----

----- Referiu ainda que o saneamento básico sobrecarrega fortemente as finanças da Câmara, que paga a € 0,52 o metro cúbico de água tratada. À ETAR chegam as águas pluviais e as águas particulares que são canalizadas pelos consumidores no saneamento tendo a Câmara de pagar o seu tratamento. Assim se o preço da água atingir limites que a Câmara não possa subvencionar é preferível concessioná-la. -----

----- **Depois de submetida à votação, a proposta das Opções do Plano e do Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2008 foi aprovada, por maioria, com 32 votos a favor, sendo 26 do PS e 6 do PSD, 1 abstenção do PSD e 6 votos contra, sendo 5 do PSD (Paula Caldas de Sousa, Helena Ramos, Fernando Carranca de Oliveira, Mário Cunha e Venâncio Fernandes) e 1 do PCP (Catarina Moreira).** -----

----- O PSD e o PCP apresentaram as declarações de voto transcritas. -----

----- Foi também discutida a autorização para proceder à realização de um empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2008, previsto no nº 7 do artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, no valor de € 647 447,00 (seiscentos e quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta e sete euros), montante que respeita os limites fixados no nº 6º do art. 39º da referida Lei, -----

----- A autorização para contrair o empréstimo foi submetida à votação e foi aprovada, por maioria, com 37 votos, sendo 26 do PS e 11 do PSD e 2 votos contra, sendo 1 do PSD (Fernando Carranca de Oliveira e 1 do PCP (Catarina Moreira), que apresentou declaração de voto dizendo que por uma questão de coerência e tendo votado contra o orçamento obviamente que vota contra.-----

----- Por unanimidade, foi aprovada a acta em minuta relativamente a esta proposta.-----

----- **Venâncio Fernandes**: Questionou se no ano anterior, tinham recorrido ao empréstimo que a assembleia tinha aprovado.-----

----- **Presidente da Câmara**: Esclareceu que no ano passado não recorreu ao empréstimo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

Ponto n.º 3- Dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do art. 31º do Regulamento, o Presidente da Mesa indagou se alguém do público desejava intervir, o que não se verificou.

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo mais a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária.-----